



Grupo Parlamentar  
Bloco de Esquerda  
Açores



**Sr. Presidente da Assembleia da ALRA**

**Sras e Srs Deputados**

**Sras e Srs Membros do Governo**

Esta proposta do Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda/Açores traduz as suas preocupações relativamente à disseminação da praga das térmitas, que infesta as principais cidades da Região, que está presente em cinco ilhas do arquipélago, e que estudos recentes apontam para o facto de que, se nada se fizer, ela poderá “estabelecer-se” em todos os aglomerados populacionais de todas as ilhas da Região.

Já muito se disse nesta Assembleia sobre as térmitas. No entanto consideramos nunca ser demais o empenho dos deputados que lutam para que as medidas tomadas pelo Governo Regional se ajustem à complexidade e gravidade que este problema encerra.

Por outro lado a discussão deste projecto de resolução em sede de Comissão, permitiu ao Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda/Açores confirmar que a gravidade do problema não tem tido a correspondente prontidão de actuação por parte do Governo Regional.

Consideramos que já em 2004, as conclusões, apresentadas pelo Grupo de Missão para Estabelecer um Programa de Combate às Térmitas constituído ao abrigo da resolução 131/2004, atribuiu responsabilidades acrescidas ao Governo Regional na luta contra a praga.

Da listagem de 19 medidas referidas na página SOS-Térmitas e propostas por este grupo de missão, apenas 6 foram implementadas, ficando de fora medidas fundamentais para o sucesso do combate a esta praga.

Uma das que não foi implementada, foi a criação do gabinete de coordenação e gestão com objectivo de coordenar e gerir as tarefas de controlo, extermínio e também de prevenção da praga, isto é, em última análise, para criar um plano integrado de combate à praga.



Grupo Parlamentar  
Bloco de Esquerda  
Açores



Este gabinete é, na nossa perspectiva crucial para o combate desta praga, e mais crucial se torna agora que este problema é encarado como um problema regional, isto é, um problema de todo o arquipélago.

A descontinuidade geográfica, as diferentes espécies de térmitas que afectam diferentemente cada uma das ilhas, os diferentes níveis de infestação, a obrigatoriedade da participação activa da população, dão-nos uma imagem da complexidade deste problema. Daí surge a natural necessidade de coordenação para que se possa actuar não só em diferentes frentes em simultâneo - por exemplo, ao nível do controlo em Angra do Heroísmo está-se a colocar armadilhas, porque não fazê-lo também em Ponta Delgada? - como também permitir recolher e centralizar dados que possam servir para uma avaliação dos resultados obtidos.

Vejamos alguns factos:

- Em Julho de 2005 é aprovado o decreto legislativo regional 20/2005/A que aprova o regime jurídico excepcional de concessão de apoios financeiros a obras de reparação de imóveis. Só em Janeiro de 2008, 3 anos depois, se altera este regime por se entender que o regime aprovado não era adequado (apenas 8 candidaturas e 3 aprovadas em S. Miguel em 2007). Demoraram-se 3 anos para se perceber que os apoios não eram adequados.
- O trabalho de levantamento da situação real das térmitas na Região não foi ainda realizado, após ter sido proposto há já 5 anos, como ponto de partida para analisar a situação e avaliar os custos do investimento na recuperação de edifícios e no combate à praga. Uma recente proposta do Professor Paulo Borges (150 000 Euro) para realizar esse levantamento ainda não teve resposta por parte do Governo Regional.
- Regulamentar a emissão de um certificado que garanta que as estruturas dos edifícios foram tratadas/preservadas contra as térmitas, implementar o controlo na entrada e saída de madeiras informando a população do risco associado ao transporte de mobiliário entre ilhas, são medidas que já deveriam ter sido implementadas, medidas essas também presentes nas conclusões que o Grupo de Missão apresentou nos finais de 2004, portanto há já quase 5 anos.



Grupo Parlamentar  
Bloco de Esquerda  
Açores



Estes e outros exemplos ilustram o que consideramos ser desarticulação, acções isoladas e uma inexistente pro-actividade de certas entidades com responsabilidade da Região, reflexão essa que urge coordenar e incentivar.

Devemos enaltecer, dentro das acções isoladas, o trabalho realizado pela Universidade dos Açores, conduzido de forma dedicada, muito transparente e perspicaz pelo Professor Paulo Borges e respectiva equipa. Este esforço, apoiado pelo Governo Regional, e muito bem, tem colocado sempre novos desafios que a Região, e sobretudo os poderes políticos da Região, não têm sabido acompanhar devidamente.

Num recente Workshop realizado no passado dia 3 de Julho em Angra do Heroísmo, discutiu-se a solução de exterminação por calor, que se apresenta como mais eficaz e mais barata quando comparada com outras soluções, limitando o uso dos termicidas do combate à praga (pelo menos relativamente à *Cryptotermes brevis*, a térmita da madeira seca).

Este conhecimento, levar-nos-ia a aperfeiçoar hoje este projecto de resolução aqui em discussão, acrescentando o facto de o tratamento por calor ser uma forma de extermínio a utilizar na Região no combate às térmitas e reduzindo o papel dos insecticidas nesse extermínio.

Esta solução, apresentada como uma solução na acção de extermínio da praga, merece alguma reflexão no que respeita à forma como serão proporcionadas soluções para os habitantes nas áreas infestadas, utilizando estas técnicas, reflexão essa, que urge realizar.

Exige-se uma gestão cuidada mas eficaz, complementada com todas as outras medidas de controlo e prevenção essenciais para o sucesso desta luta, plasmadas no projecto de resolução aqui em discussão.

Disse